

Demonstrações Financeiras

São Luiz Energética S.A.

31 de dezembro de 2025

com Relatório do Auditor Independente

São Luiz Energética S.A.

Demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2025

Índice

Relatório do auditor independente sobre a demonstração financeira	1
Balanços patrimoniais	4
Demonstração do resultado	6
Demonstração do resultado abrangente	7
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	8
Demonstração dos fluxos de caixa	9
Contexto operacional	10
Base de elaboração e apresentação das demonstrações financeiras	11
Caixa e equivalentes de caixa	15
Caixa restrito e depósitos restituíveis	15
Contas a receber de clientes	16
Impostos e contribuições a recuperar	17
Imobilizado	17
Ativo de direito de uso e arrendamento	20
Contas a pagar e fornecedores	22
Empréstimos e financiamentos	22
Provisão para demandas judiciais	23
Patrimônio líquido	25
Receita operacional líquida	26
Custos e despesas por natureza	27
Resultado financeiro	28
Imposto de renda e contribuição social corrente	28
Transações com partes relacionadas	29
Cobertura de seguros	30
Instrumentos financeiros e gerenciamento de risco	31
Transações que não envolvem caixa ou equivalentes de caixa	34



**Shape the future
with confidence**

São Paulo Corporate Towers
Av. Presidente Juscelino Kubitschek, 1.909
6º ao 10º andar - Vila Nova Conceição
04543-011 - São Paulo - SP - Brasil
Tel: +55 11 2573-3000
ey.com.br

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Acionistas e Diretores da
São Luiz Energética S.A.
Rio de Janeiro - RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da São Luiz Energética S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.



**Shape the future
with confidence**

São Paulo Corporate Towers
Av. Presidente Juscelino Kubitschek, 1.909
6º ao 10º andar - Vila Nova Conceição
04543-011 - São Paulo - SP - Brasil
Tel: +55 11 2573-3000
ey.com.br

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.



**Shape the future
with confidence**

São Paulo Corporate Towers
Av. Presidente Juscelino Kubitschek, 1.909
6º ao 10º andar - Vila Nova Conceição
04543-011 - São Paulo - SP - Brasil
Tel: +55 11 2573-3000
ey.com.br

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 29 de maio de 2026.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC SP-034519/O

Fulvio A. Matias de Carvalho
Contador CRC SP-294991/O

São Luiz Energética S.A.

Balanço patrimonial
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

	Notas	2025	2024
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	3	60.898	42.537
Contas a receber de clientes	5	5.639	5.931
Contas a receber – Partes relacionadas	17	343	316
Despesas antecipadas		390	242
Estoques		382	403
Impostos e contribuições a recuperar	6	1.487	328
Adiantamentos a fornecedores		17	-
Outras contas a receber		4	83
Total do ativo circulante		69.160	49.840
Não circulante			
Caixa restrito e depósitos restituíveis	4	2.482	11.373
Depósitos judiciais		95	88
Imobilizado	7	346.076	368.261
Ativo de direito de uso	8	314	497
Total do ativo não circulante		348.967	380.219
Total do ativo		418.127	430.059

São Luiz Energética S.A.

Balanço patrimonial
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

	Notas	2025	2024
Passivo			
Circulante			
Contas a pagar e Fornecedores	9	4.110	3.691
Contas a pagar – Partes relacionadas	17	134	3.062
Empréstimos e financiamentos	10	16.005	15.298
Obrigações tributárias		294	1.173
Passivo de arrendamento	8	220	188
Total do passivo circulante		20.763	23.412
Não circulante			
Empréstimos e financiamentos	10	186.564	193.369
Provisão para demandas judiciais		-	1
Passivo de arrendamento	8	119	322
Total do passivo não circulante		186.683	193.692
Patrimônio líquido			
Capital social	12	219.520	219.520
Prejuízos acumulados	12	(8.839)	(6.565)
Total do patrimônio líquido		210.681	212.955
Total do passivo e do patrimônio líquido		418.127	430.059

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

São Luiz Energética S.A.

Demonstração do resultado
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais)

	Notas	2025	2024
Receita operacional líquida	13	43.609	47.053
Custo de geração de energia	14	(32.369)	(30.882)
Lucro bruto		11.240	16.171
Receitas (despesas) operacionais			
Despesas administrativas e gerais	14	(2.662)	(2.657)
Outras receitas (despesas) operacionais		852	(3)
		(1.810)	(2.660)
Lucro operacional antes do resultado financeiro		9.430	13.511
Resultado financeiro			
Receitas financeiras	15	6.035	4.225
Despesas financeiras	15	(17.739)	(18.200)
		(11.704)	(13.975)
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social		(2.274)	(464)
Imposto de renda e contribuição social			
Corrente	16	-	(2.970)
Prejuízo do exercício		(2.274)	(3.434)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

São Luiz Energética S.A.

Demonstração do resultado abrangente
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

	2025	2024
Prejuízo do exercício	(2.274)	(3.434)
Total do resultado abrangente do exercício	(2.274)	(3.434)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

São Luiz Energética S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais)

		Reservas de lucros				
	Notas	Capital social	Reserva legal	Retenção de lucros	Prejuízos acumulados	Total do patrimônio líquido
Em 31 de dezembro de 2023		219.520	-	-	(3.131)	216.389
Prejuízo do exercício		-	-	-	(3.434)	(3.434)
Em 31 de dezembro de 2024		219.520	-	-	(6.565)	212.955
Prejuízo do exercício		-	-	-	(2.274)	(2.274)
Em 31 de dezembro de 2025		219.520	-	-	(8.839)	210.681

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

São Luiz Energética S.A.

Demonstração dos fluxos de caixa

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais)

	Notas	2025	2024
Atividades operacionais			
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social		(2.274)	(464)
Ajustes de itens sem desembolso de caixa para conciliação do prejuízo com o fluxo de caixa			
Depreciação do ativo imobilizado	7	23.419	23.797
Amortização de ativo de direito de uso	8	207	158
Juros sobre passivo de arrendamento	8	46	31
Juros sobre empréstimos e financiamentos	10	17.263	18.094
Amortização de despesa de contratação	10	6	6
Provisão para demandas judiciais	11	(1)	-
(Aumento) redução nos ativos operacionais			
Contas a receber de clientes		292	1.729
Contas a receber – Partes relacionadas		(27)	-
Despesas antecipadas		(148)	77
Estoques		21	(73)
Impostos e contribuições a recuperar		(1.159)	(15)
Depósitos judiciais		(7)	(14)
Adiantamento		(17)	-
Outros contas a receber		79	(66)
Aumento (redução) nos passivos operacionais			
Contas a pagar e Fornecedores		419	324
Contas a pagar – Partes relacionadas		(2.928)	-
Obrigações tributárias		231	(363)
Outras contas a pagar		-	(21)
(-) Pagamento de impostos de renda e contribuição social		(1.110)	(2.341)
(-) Pagamento de empréstimos e financiamentos - juros	10	(7.965)	(6.942)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		26.347	33.917
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Caixa restrito e depósitos restituíveis	4	8.891	(6)
Aquisição de bens para o ativo imobilizado	7	(1.234)	(441)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		7.657	(447)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Pagamento de empréstimos e financiamentos - principal	10	(15.402)	(15.889)
Pagamento de passivo de arrendamento	8	(241)	(199)
Dividendos pagos		-	(457)
Caixa líquido gerado aplicado nas atividades de financiamento		(15.643)	(16.545)
Aumento líquido do saldo de caixa e equivalente de caixa		18.361	16.925
Caixa e equivalente de caixa em 1º de janeiro		42.537	25.612
Caixa e equivalente de caixa em 31 de dezembro		60.898	42.537

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

São Luiz Energética S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

1. Contexto operacional

A São Luiz Energética S.A. (“São Luiz” ou “Companhia”) com sede localizada na Avenida Almirante Julio de Sá Bierrenbach, n 200, Edifício Pacific Tower, bloco 02, CEP 22775-028, Jacarepaguá, na cidade e estado do Rio de Janeiro, é uma Companhia anônima de capital fechado, que tem por objeto (a) a implantação e a exploração, como Produtor Independente, da Pequena Central Hidrelétrica Foz do Estrela (“PCH Foz do Estrela” ou “PCH”); (b) a produção e a comercialização da potência e da energia gerada pela PCH; (c) a manutenção, a operação e a exploração de todos os bens e direitos, equipamentos e instalações que compõem a PCH; (c) a comercialização de créditos de carbono; e (d) o exercício de outras atividades afins ou correlatas ao seu objeto social.

A acionista controladora da Companhia é a Elera Renováveis S.A.

PCH	Potência em MW	Autorização ANEEL	Local
Foz do Estrela	29,50	696/2003	Coronel Domingos Soares - PR

1.1. Continuidade operacional

A diretoria da Companhia entende que o acionista continuará provendo recursos necessários para a manutenção das atividades sempre que forem demandados para realização dos planos de negócios para cumprir com os compromissos assumidos de curto prazo. Nesse contexto, a diretoria avaliou a capacidade da Companhia de continuar operando normalmente e está convencida de que ela possui recursos e geração de caixa operacional suficientes para dar continuidade aos seus negócios no futuro. Adicionalmente, a diretoria não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade operacional.

1.2. Aprovação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras da Companhia foram aprovadas pela Diretoria em 29 de maio de 2026.

1.3. Impactos do Pilar Dois

Em 23 de maio de 2023, o *International Accounting Standards Board* emitiu a Reforma Tributária Internacional – Regras Modelo do Pilar Dois – Alterações à IAS 12 (equivalente ao CPC 32), que esclarecem que a IAS 12 (CPC 32) se aplica aos impostos sobre a renda decorrentes de legislações tributárias promulgadas ou substancialmente promulgadas para implementar as regras modelo do Pilar Dois publicadas pela OCDE, incluindo legislações tributárias que implementam os Impostos Mínimos de Complementação Doméstica Qualificados. A Companhia adotou essas emendas. No entanto, a não administração identificou impactos relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

São Luiz Energética S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

2. Base de elaboração e apresentação das demonstrações financeiras

2.1. Base de preparação

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem as disposições contidas na Lei das Companhias por Ações, pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

2.2. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto quando mensurados pelo valor justo. As demonstrações financeiras estão apresentadas em reais e todos os valores são arredondados para milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

A Companhia preparou as demonstrações financeiras partindo do pressuposto de continuidade operacional.

A diretoria aplicou na elaboração das demonstrações financeiras a orientação técnica OCPC 07 (R1), com a finalidade de divulgar somente informações relevantes, que auxiliem os usuários das demonstrações financeiras na tomada de decisões, sem que os requerimentos mínimos existentes deixem de ser atendidos. Além disso, a diretoria afirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas na gestão do negócio.

2.3. Moeda funcional

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em reais foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

Transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional da Companhia pela taxa de câmbio das datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data de encerramento do exercício são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio naquela data.

Ativos e passivos não monetários que são mensurados pelo valor justo em moeda estrangeira são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi determinado.

As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da reconversão são geralmente reconhecidas no resultado. Itens não monetários que são mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira são convertidos às taxas das transações.

São Luiz Energética S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

2.4. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

A preparação das demonstrações financeiras requer que a diretoria faça julgamentos, utilizando estimativas e premissas baseadas em fatores objetivos e subjetivos, para determinação dos valores adequados para registro de determinadas transações que afetam ativos, passivos, receitas e despesas.

Os resultados reais dessas transações podem divergir dessas estimativas.

Durante o processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia a administração efetuou os seguintes julgamentos, estimativas e premissas apresentados nas notas explicativas abaixo:

Nota explicativa 7 – Imobilizado: Valor recuperável e vida útil dos ativos;

Nota explicativa 11 – Provisão para demandas judiciais: Classificação dos riscos de perda; e

Nota explicativa 13 – Receita operacional líquida: Receita não faturada;

2.5. Pronunciamentos novos ou revisados e aplicados a primeira vez em 2025

A Companhia avaliou o conteúdo das novas normas que se tornaram efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2025, conforme descrito abaixo. A Companhia não adotou antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas não estejam vigentes.

Alterações ao CPC 02 (R2) – Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis e CPC 37 (R1) – Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade

Em setembro de 2024, O Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), emitiu a Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 27, que contempla alterações trazidas pelo Lack of Exchangeability emitido pelo IASB, com alterações no Pronunciamento Técnico CPC 02 (R2) - Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis e no CPC 37 (R1) - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade.

A Companhia não realizou operações de Leaseback ou aluguel de itens vendidos que sejam anteriormente de sua propriedade.

OCPC 10 - Créditos de Carbono (tCO2e), Permissões de emissão (allowances) e Crédito de Descarbonização (CBIO)

Em 18 de outubro de 2024 o CPC emitiu o OCPC 10 com o objetivo de tratar os requisitos básicos de reconhecimento, mensuração e evidência de créditos de carbono (tCO2e), Permissões de emissão (allowances) e créditos de descarbonização (CBIO) a serem observados pelas entidades na origem e aquisição para cumprimento de metas de descarbonização ou negociação, bem como dispor sobre os passivos associados.

A Companhia avaliou o conteúdo deste pronunciamento e não identificou impactos por não operar com esses produtos e não fazer parte do seu plano de negócio.

Alterações ao CPC 18 (R3) - Investimento em Coligada, Em Controlada e Empreendimento Controlado Em Conjunto e a ICPC 09 - Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método da Equivalência Patrimonial

São Luiz Energética S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

Em setembro de 2024, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiu alterações ao Pronunciamento Técnico CPC 18 (R3) e à Interpretação Técnica ICPC 09 (R3), com o objetivo de alinhar as normativas contábeis brasileiras com os padrões internacionais emitidos pelo IASB.

A atualização do Pronunciamento Técnico CPC 18 contempla a aplicação do método da equivalência patrimonial (MEP) para a mensuração de investimentos em controladas nas Demonstrações Contábeis Individuais, refletindo a alteração nas normas internacionais que agora permitem essa prática nas Demonstrações Contábeis Separadas. Essa convergência harmoniza as práticas contábeis adotadas no Brasil com as internacionais, sem gerar impactos materiais em relação à norma atualmente vigente, concentrando-se apenas em ajustes de redação e na atualização das referências normativas.

A Companhia avaliou o conteúdo deste pronunciamento e não identificou impactos.

2.6. Normas emitidas, mas ainda não vigentes

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor.

IFRS 18: Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras

Em abril de 2024, o IASB emitiu o IFRS 18, que substitui o IAS 1 (equivalente ao CPC 26 (R1) - Apresentação de Demonstrações Financeiras). O IFRS 18 introduz novos requisitos para apresentação dentro da demonstração do resultado do exercício, incluindo totais e subtotais especificados. Além disso, as entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas dentro da demonstração do resultado do exercício em uma das cinco categorias: operacional, investimento, financiamento, impostos de renda e operações descontinuadas, das quais as três primeiras são novos.

O IFRS 18 e as alterações nas outras normas são entrarão em vigor para períodos de relatórios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, com a aplicação antecipada permitida e devendo ser divulgada, embora no Brasil a adoção antecipada não seja permitida. O IFRS 18 será aplicado retrospectivamente.

A administração iniciou uma análise minuciosa e aprofundada sobre a entrada em vigor do referido normativo, com o objetivo de avaliar seus potenciais impactos na divulgação das demonstrações financeiras. Até a data-base deste relatório, não é possível divulgar os efeitos concretos desta adoção.

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor.

Alterações à IFRS 9 e à IFRS 7 - Alterações à Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros

As alterações nas normas indicam modificações relevantes nos requisitos de classificação, mensuração e divulgação dos instrumentos financeiros. A Companhia não irá aplicar as alterações de

São Luiz Energética S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

forma antecipada, e irá acompanhar a convergência dos pronunciamentos CPC 48 e CPC40 (R1) para avaliar os possíveis impactos nas suas demonstrações financeiras.

Alterações à IFRS 9 e à IFRS 7 - Contratos Referenciando a Eletricidade Dependente de Condições Naturais

Em dezembro de 2024, o IASB emitiu as Alterações à IFRS 9 e à IFRS 7 – Contratos Referenciando a Eletricidade Dependente de Condições Naturais. As alterações se aplicam apenas a contratos que façam referência à eletricidade dependente de fatores naturais e:

- i) Esclarecem a aplicação dos requisitos de “uso próprio” para os contratos abrangidos.
- ii) Alteram os requisitos de designação de um item objeto de hedge em uma relação de hedge de fluxo de caixa para os contratos abrangidos.
- iii) Adicionam novos requisitos de divulgação para permitir que os investidores compreendam o efeito desses contratos sobre o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da entidade.

Alterações à IFRS 10 e IAS 28 -Venda ou Contribuição de Ativos entre um Investidor e sua Coligada ou Joint Venture.

Em fevereiro de 2026, o IASB publicou um Exposure Draft propondo ajustes específicos na IAS 28, visando clarificar quais investimentos em associadas e joint ventures podem ser mensurados pelo valor justo por meio do resultado. Ainda não temos a definição de uma data efetiva.

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor.

Alterações à IFRS 9 e à IFRS 7 - Alterações à Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros

As alterações nas normas indicam modificações relevantes nos requisitos de classificação, mensuração e divulgação dos instrumentos financeiros. A Companhia não irá aplicar as alterações de forma antecipada, e irá acompanhar a convergência dos pronunciamentos CPC 48 e CPC40 (R1) para avaliar os possíveis impactos nas suas demonstrações financeiras.

Alterações à IFRS 9 e à IFRS 7 - Contratos Referenciando a Eletricidade Dependente de Condições Naturais

Em dezembro de 2024, o IASB emitiu as Alterações à IFRS 9 e à IFRS 7 – Contratos Referenciando a Eletricidade Dependente de Condições Naturais. As alterações se aplicam apenas a contratos que façam referência à eletricidade dependente de fatores naturais e:

- iv) Esclarecem a aplicação dos requisitos de “uso próprio” para os contratos abrangidos.
- v) Alteram os requisitos de designação de um item objeto de hedge em uma relação de hedge de fluxo de caixa para os contratos abrangidos.

São Luiz Energética S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

vi) Adicionam novos requisitos de divulgação para permitir que os investidores compreendam o efeito desses contratos sobre o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da entidade.

Alterações à IFRS 10 e IAS 28 -Venda ou Contribuição de Ativos entre um Investidor e sua Coligada ou Joint Venture.

Em fevereiro de 2026, o IASB publicou um Exposure Draft propondo ajustes específicos na IAS 28, visando clarificar quais investimentos em associadas e joint ventures podem ser mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

2.7. Políticas contábeis materiais

As políticas contábeis materiais utilizadas na preparação dessas demonstrações financeiras e estão apresentadas e resumidas nas respectivas notas explicativas e foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados.

3. Caixa e equivalentes de caixa

A Companhia considera que Caixa e equivalentes de caixa são valores mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo da Companhia. Os montantes registrados são imediatamente conversíveis em caixa e possuem risco insignificante de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo; por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação.

	2025	2024
Caixa e depósitos bancários	5.668	13.588
Aplicações financeiras	55.230	28.949
Total	60.898	42.537

As aplicações financeiras de curto prazo e de alta liquidez e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. Esses investimentos financeiros referem-se substancialmente a operações compromissadas com títulos privados e a CDB renda fixa, remuneradas à taxa média de 100% da variação do CDI, em 31 de dezembro de 2025 e 2024, respectivamente, compostas da seguinte forma:

Instituição financeira	Tipo	Remuneração	2025	2024
Banco BTG Pactual S.A.	Fundo DI (BKFD)	CDI	10.838	26.417
Banco Itaú S.A.	Fundo DI	CDI	44.392	2.532
			55.230	28.949

4. Caixa restrito e depósitos restituíveis

Correspondem a recursos monetários que não estão disponíveis para utilização imediata pela entidade, sendo necessário a autorização e terceiros para movimentação do recurso, em razão de restrições impostas por instrumentos contratuais de dívida, disposições legais ou exigências regulatórias. Tais restrições limitam a livre movimentação desses valores, vinculando-os a finalidades específicas previamente determinadas, como garantias, obrigações financeiras ou projetos regulados, segregados nas seguintes categorias:

São Luiz Energética S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

Liquidação financeira de Mercado de Curto Prazo (MCP)

Conta corrente referente aos eventos financeiros apurados pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), para depósito das Garantias Financeiras na conta de custódia mantida no Bradesco Trianon, que consiste no pagamento e recebimento dos débitos e créditos apurados pela CCEE para a liquidação financeira de Mercado de Curto Prazo (MCP).

Caixa restrito de longo prazo:

Instituição financeira	Tipo	Remuneração	2025	2024
Bradesco S.A.	Fundos DI	CDI	2.482	11.373
			2.482	11.373

5. Contas a receber de clientes

Correspondem aos valores originados pela transação de venda ou comercialização de energia elétrica e prestação de serviços no curso normal das atividades. São inicialmente reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado, através do reconhecimento de receitas onde haja razoável certeza de que fluxos de caixa futuros fluirão para a Companhia em valor igual ao registrado.

Caso haja incerteza de sua realização, uma provisão é registrada. A provisão para a perda estimada com créditos de liquidação duvidosa ("PECLD") é constituída com base nas perdas esperadas pela Companhia, na análise individualizada dos clientes e nas negociações em andamento dos saldos com seus clientes.

A Companhia avalia seus históricos de recebimentos e identificou que não estão expostas a um elevado risco de crédito, uma vez que eventuais saldos vencidos e não recebidos são mitigados por contratos de garantias financeiras assinados na contratação dos leilões de energia ou na formalização de contratos bilaterais.

A Companhia registra a geração de energia produzida acima das quantidades mensais contratadas na modalidade do Leilão de Energia Reserva (LER), os excedentes quadrienais e anuais.

	2025	2024
Venda de energia elétrica - Não faturado	3.472	4.124
Venda de energia elétrica - Faturado	2.146	1.624
Contas a pagar – MRE/CCEE	21	183
	5.639	5.931

A composição dos saldos por prazo de vencimento é como segue:

	2025	2024
Saldo a vencer	4.511	5.260
Saldo vencido até 30 dias	860	254
Saldo vencido de 31 a 90 dias	216	44
Saldo vencido de 91 a 180 dias	52	373
Total	5.639	5.931

São Luiz Energética S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e de 2024, nenhuma provisão de perda esperadas de créditos de liquidação duvidosa (PECLD) foi constituída, em decorrência da inexistência de perdas prováveis na realização do contas a receber.

A Administração não prevê a constituição de novas provisões para perdas esperadas de créditos de liquidação duvidosa (PECLD), tendo em vista as características do mercado em que a Companhia opera e os mecanismos de mitigação do risco como, processos de análise de crédito, acompanhamento contínuo da carteira e garantias contratuais.

6. Impostos e contribuições a recuperar

Os impostos a recuperar são registrados quando existe um direito legal para a Companhia. Os saldos são apresentados líquidos das perdas estimadas de créditos tributários e a recuperabilidade dos saldos é revisada anualmente. Os impostos a recuperar representam os direitos que serão realizados por meio de compensações com obrigações futuras provenientes das operações. A Companhia revisa continuamente a capacidade de realização desses ativos e, quando necessário, provisões são constituídas para assegurar que esses ativos sejam contabilizados com base no seu valor realizável:

- Tiver o direito legalmente executável para compensar os valores reconhecidos; e
- Pretender liquidar em bases líquidas, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

	2025	2024
IRPJ/CSLL	1.487	328
Total dos impostos e contribuições a recuperar	1.487	328

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, no que diz respeito às incertezas sobre tratamento de tributos sobre o lucro, a Companhia efetuaram as avaliações e concluíram que é mais provável do que não que os tratamentos sejam aceitos pela autoridade fiscal.

7. Imobilizado

É demonstrado ao custo de aquisição ou construção, deduzido dos impostos compensáveis, quando aplicável, e da depreciação acumulada. A Companhia utiliza o método de depreciação linear definida com base na avaliação da vida útil estimada de cada ativo ou considerando o período remanescente de autorização ou concessão, dos dois, o menor.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando é provável que irão gerar benefícios econômicos futuros associados ao item e quando seu custo pode ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado.

Os adiantamentos realizados a fornecedores, vinculados exclusivamente à aquisição ou construção de ativos imobilizados, são registrados como adições ao imobilizado, em razão de sua natureza e finalidade. Tal procedimento visa garantir que o custo dos ativos, apresentado na data-base das demonstrações financeiras, corresponda aos montantes efetivamente investidos pelo Grupo.

São Luiz Energética S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

Ganhos e perdas por alienações são determinados pela comparação do valor da venda com o valor contábil e são reconhecidos em "Outras receitas (despesas) operacionais" na demonstração do resultado.

Obras em andamento estão relacionadas a gastos com materiais, mão de obra direta e indireta na preparação e instalação do bem, custos e juros dos empréstimos intrinsecamente ligados a construção do ativo conforme disposto no CPC 20 (R1) – Custos de empréstimos, até que esteja disponível para uso, ou seja, quando está no local e condições necessárias para funcionar de forma pretendida pela diretoria. Nesse momento o valor do bem é transferido de Imobilizado em Curso para Imobilizado em Serviço, quando então a devida depreciação conforme a vida útil do bem é iniciada.

Método de depreciação:

Para o cálculo da depreciação, é considerado a vida útil dos bens ou o prazo de autorização de operação, dos dois, o menor. O quadro abaixo demonstra a vida útil dos itens, conforme enquadramento dos ativos da Empresa à Portaria nº 674/2015 da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, que se assemelham às vidas úteis efetivas dos bens. Os ativos administrativos são depreciados a taxas que também refletem a vida útil efetiva dos bens.

A Companhia efetuou a revisão da taxa de depreciação de seus ativos imobilizados ao final dos exercícios de 2025 e 2024 e não julgou necessário alterar a estimativa de vida útil individual de seus ativos.

O quadro abaixo demonstra a vida útil dos itens.

	Vida útil
Edificações, obras civis e benfeitorias	25 a 50 anos
Máquinas, equipamentos e instalações	10 a 40 anos
Reservatórios barragens e adutoras	30 a 50 anos

Testes de recuperabilidade de ativos (teste de impairment)

A Companhia revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de identificar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar a deterioração, obsolescência ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas, e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização, ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. Essas perdas serão lançadas ao resultado do exercício quando identificadas.

A Companhia analisou em 31 de dezembro de 2025 e 2024 o valor contábil líquido do ativo imobilizado com o objetivo de identificar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar a deterioração, obsolescência ou perda de seu valor recuperável.

A diretoria avaliou e conclui que não há indicativos de perda no valor recuperável do ativo imobilizado.

Segue abaixo os movimentos do imobilizado na demonstração financeira:

São Luiz Energética S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

	2025			2024
	Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido	Valor líquido
<u>Em serviço</u>				
Terrenos	11.061	(951)	10.110	9.509
Máquinas, equipamentos e instalações	27.085	(7.795)	19.290	21.595
Reservatórios, barragens e adutoras	256.197	(49.848)	206.349	220.260
Edificações, obras civis e benfeitorias	135.127	(26.292)	108.835	116.173
<u>Em curso</u>				
Estoque de ativo fixo	291	-	291	249
Bens em andamento	1.201	-	1.201	475
	430.962	(84.886)	346.076	368.261

	Saldo em 2024	Adição	Transferências	Baixas	Saldo em 2025
<u>Em serviço</u>					
Terrenos	11.061	-	-	-	11.061
Máquinas, equipamentos e instalações	26.619	193	273	-	27.085
Reservatórios, barragens e adutoras	256.197	-	-	-	256.197
Edificações, obras civis e benfeitorias	135.127	-	-	-	135.127
<u>Em curso</u>					
Estoque de ativo fixo	249	50	(8)	-	291
Bens em andamento	475	991	(265)	-	1.201
	429.728	1.234	-	-	430.962

	Saldo em 2023	Adição	Transferências	Baixas (a)	Saldo em 2024
<u>Em serviço</u>					
Terrenos	11.061	-	-	-	11.061
Máquinas, equipamentos e instalações	35.385	-	85	(8.851)	26.619
Reservatórios, barragens e adutoras	256.197	-	-	-	256.197
Edificações, obras civis e benfeitorias	135.127	-	-	-	135.127
<u>Em curso</u>					
Estoque de ativo fixo	81	168	-	-	249
Bens em andamento	287	273	(85)	-	475
	438.138	441	-	(8.851)	429.728

	Saldo em 2024	Adição	Transferências	Baixas	Saldo em 2025
Depreciação					
<u>Em serviço</u>					
Terrenos	(951)	-	-	-	(951)
Máquinas, equipamentos e instalações	(5.625)	(2.170)	-	-	(7.795)
Reservatórios, barragens e adutoras	(35.937)	(13.911)	-	-	(49.848)
Edificações, obras civis e benfeitorias	(18.954)	(7.338)	-	-	(26.292)
	(61.467)	(23.419)	-	-	(84.886)

São Luiz Energética S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

Depreciação	Saldo em 2023	Adição	Transferências	Baixas	Saldo em 2024
<u>Em serviço</u>					
Terrenos	(951)	-	-	-	(951)
Máquinas, equipamentos e instalações	(3.076)	(2.549)	-	-	(5.625)
Reservatórios, barragens e adutoras	(22.026)	(13.911)	-	-	(35.937)
Edificações, obras civis e benfeitorias	(11.617)	(7.337)	-	-	(18.954)
	(37.670)	(23.797)	-	-	(61.467)

- (a) Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, a Companhia revisou as estimativas relacionadas aos custos de encerramento de obra e, com base na avaliação da área de Engenharia e Operações, determinou que a provisão registrada na rubrica “contas a pagar” era excessiva. Em decorrência disso, foi realizada a reversão parcial da provisão no montante de R\$8.851 (conforme nota explicativa nº 20) e do seu ativo equivalente no mesmo montante.

8. Ativos de direito de uso e arrendamento

A Companhia reconhece os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento (ou seja, na data em que o ativo subjacente está disponível para uso). Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer remensuração dos passivos de arrendamento. O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor dos passivos de arrendamento reconhecidos, custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamentos realizados até a data de início, menos os eventuais incentivos de arrendamento recebidos. Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente, pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos, respeitando também a data limite da autorização da operação, conforme abaixo:

- Veículos automotores: 36 meses (delimitado pela data autorização da operação).

A Companhia aplica uma única abordagem de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, exceto para arrendamentos de curto prazo, arrendamentos de ativos de baixo valor e para aqueles em que os pagamentos são atrelados a fatores variáveis, sendo reconhecido os pagamentos de arrendamento como uma despesa em uma base linear ao longo do prazo do contrato, conforme disposto no CPC 06 (R2) - Arrendamentos. A Companhia reconhece os passivos de arrendamento para efetuar pagamentos de arrendamento e ativos de direito de uso que representam o direito de uso dos ativos subjacentes.

Os ativos de direito de uso também estão sujeitos a redução ao valor recuperável e a diretoria avaliou e conclui que não há indicativos de perda no valor recuperável.

A composição e movimentação do Ativo de direito de uso é como segue:

	2025			2024
	Custo	Amortização acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Veículos	621	(307)	314	497
	621	(307)	314	497

São Luiz Energética S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

Custo	Saldo em 2024	Adição	Baixa	Saldo em 2025
Veículos	947	24	(350)	621
	947	24	(350)	621

Custo	Saldo em 2023	Adição	Baixa	Saldo em 2024
Veículos	350	597	-	947
	350	597	-	947

Amortização	Saldo em 2024	Adição	Baixa	Saldo em 2025
Veículos	(450)	(207)	350	(307)
	(450)	(207)	350	(307)

Amortização	Saldo em 2023	Adição	Baixa	Saldo em 2024
Veículos	(292)	(158)	-	(450)
	(292)	(158)	-	(450)

Em 31 de dezembro de 2025, os passivos de arrendamento são como segue:

	2025		2024	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Valor nominal dos pagamentos futuros	243	207	231	462
Ajuste a valor presente	(23)	(88)	(43)	(140)
Total	220	119	188	322

Os passivos foram mensurados ao valor presente dos pagamentos de arrendamentos remanescentes descontados por meio da taxa de 11,06%. As premissas utilizadas pela Companhia para estimar a taxa incremental tomaram como base o custo médio de captação da dívida.

A movimentação do passivo de arrendamento está demonstrada como segue:

	2025	2024
Saldo inicial	510	83
Adições	24	595
Pagamento	(241)	(199)
Juros sobre arrendamento (Nota 15)	46	31
Saldo final	339	510

Os passivos foram mensurados ao valor presente dos pagamentos de arrendamentos remanescentes descontados por meio da taxa de 8,53%. As premissas utilizadas pela Companhia para estimar a taxa incremental tomaram como base o custo médio de captação da dívida.

Em 31 de dezembro de 2025, o saldo não circulante possui o seguinte cronograma de vencimento:

Ano	Montante
2027	119
Total	119

São Luiz Energética S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

9. Contas a pagar e fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

São, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa de juros efetiva. Na prática, são normalmente reconhecidos ao valor da fatura correspondente devido ao curto prazo de pagamento.

	2025	2024
Fornecedores	318	3.691
Contas a pagar - MRE & CCEE	1.366	-
Provisão de fim de obra	2.426	-
Total	4.110	3.691

10. Empréstimos e financiamentos

São reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquido dos custos de transação incorridos, e subsequentemente, são demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos e financiamentos estejam em aberto, utilizando-se da taxa de juros efetiva.

O método da taxa de juros efetiva é um método para calcular o custo amortizado de um passivo financeiro, e para alocar as despesas de juros durante o período correspondente. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os pagamentos de caixa futuros estimados, durante a vida estimada do passivo financeiro ou (quando apropriado) durante um período menor, para o custo amortizado do passivo financeiro.

Os empréstimos e financiamentos contratados pela Companhia estão sujeitos a cláusulas restritivas (*covenants*) de natureza financeira e não financeira. A administração realiza monitoramento contínuo e detalhado dos indicadores exigidos, com o objetivo de assegurar a conformidade contratual e mitigar riscos que possam resultar em descumprimento, evitando, assim, impactos adversos na liquidez, na estrutura de capital e na operação.

Credor	Modalidade	Encargos	2025		2024	
			Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Em moeda nacional						
BNDES	Financiamento	IPCA + 3,93% a.a.	16.005	186.564	15.298	193.369
Total			16.005	186.564	15.298	193.369

São Luiz Energética S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

	2025	2024
Saldo inicial	208.777	213.514
Juros provisionados (Nota 15)	17.263	18.094
Amortização de principal	(15.402)	(15.889)
Pagamento de juros	(7.965)	(6.942)
Saldo antes das despesas de contratação	202.673	208.777
Saldo inicial	(110)	(116)
Amortização da despesa de contratação (Nota 15)	6	6
Total das despesas de contratação	(104)	(110)
Saldo final dos empréstimos e financiamentos	202.569	208.667

Empréstimos e financiamentos – BNDES:

O financiamento obtido pela Companhia junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), exige o cumprimento de cláusulas restritivas (*covenants*) financeiros e não financeiros, sob pena de vencimento antecipado da dívida.

Dentre as obrigações, o financiamento obtido exige a manutenção do saldo mínimo do serviço da dívida, equivalente a seis vezes o valor da parcela da dívida. Além disso, é exigida a manutenção do Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD), em 1,2 vezes, com apuração a cada encerramento do exercício. Esses requisitos foram integralmente cumpridos no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2025.

A amortização e o pagamento de juros deste financiamento são realizados mensalmente, tendo o vencimento previsto da última parcela para 16 de novembro de 2038.

As parcelas de não circulante, em 31 de dezembro de 2025, têm os seguintes vencimentos:

2027	15.664
2028	15.664
2029	15.664
Após 2029	139.572
Total	186.564

11. Provisão para demandas judiciais

As provisões existentes na Companhia estão ligadas, principalmente, a discussões nas esferas judiciais e administrativas decorrentes, em sua maioria, de processos trabalhistas, previdenciários, cíveis e tributários. A diretoria da Companhia classifica esses processos em termos da probabilidade de perda da seguinte forma:

Perda provável:

São processos com maior probabilidade de perda do que de êxito ou, de outra forma, a probabilidade de perda é superior a 50%. Para esses processos, o Grupo mantém provisão contábil que é apurada da seguinte forma: processos trabalhistas – o valor provisionado corresponde ao valor de desembolso

São Luiz Energética S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

estimado; processos tributários – o valor provisionado corresponde ao valor da causa acrescido de encargos correspondentes à variação da taxa Selic; e demais processos – o valor provisionado corresponde ao valor da causa.

Perda possível:

São processos com possibilidade de perda maior que remota. A perda pode ocorrer, todavia os elementos disponíveis não são suficientes ou claros de tal forma que permitam concluir que a tendência será de perda ou ganho. Para esses processos, a Companhia não faz provisão e destaca em nota explicativa os de maior relevância, quando aplicável.

Perda remota:

São processos para os quais o risco de perda é avaliado como pequeno. Para esses processos, a Companhia não faz provisão e nem divulgação em nota explicativa, independentemente do valor envolvido.

A Diretoria da Companhia acredita que as estimativas relacionadas à conclusão dos processos e a possibilidade de desembolso futuro podem mudar em face do seguinte: (i) instâncias superiores do sistema judicial podem tomar decisão em caso similar envolvendo outra companhia, adotando interpretação definitiva a respeito do caso e, conseqüentemente, antecipando a finalização de processo envolvendo a Companhia, sem qualquer desembolso ou implicando na necessidade de liquidação financeira do processo; e (ii) programas de incentivo ao pagamento dos débitos, implementado no Brasil a nível Federal e Estadual, em condições favoráveis, que podem levar a um desembolso inferior ao que se encontra provisionado ou inferior ao valor da causa.

A Diretoria realiza, de forma periódica, análises de sensibilidade relacionadas às alterações nas premissas e estimativas utilizadas na mensuração das provisões para demandas judiciais. Com base na avaliação efetuada, não foram identificadas mudanças que resultassem em impactos relevantes ou ajustes contábeis nas demonstrações financeiras da Companhia em 31 de dezembro de 2025.

Os saldos das demandas judiciais prováveis estão demonstrados a seguir:

	2025	2024
Riscos cíveis	-	1
Total	-	1

Principais processos em andamento com probabilidade de perda possível:

	2025	2024
Riscos cíveis	14.400	11.700
Admin./Judic. tributário	1.447	982
Total	15.847	12.682

São Luiz Energética S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

Ações cíveis

Em 31 de dezembro de 2025 existem 4 processos cíveis, classificados como perda possível por seus assessores legais no montante total de R\$14.400 (R\$11.700 em 31 de dezembro de 2024), referente a três ações indenizatórias e uma cautelar.

Ações tributárias

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia possui um auto de infração de lançamento tributário, classificada como probabilidade de perda possível, no montante total de R\$1.447 (R\$982 em 31 de dezembro de 2024).

12. Patrimônio líquido

Capital social

O capital social subscrito e integralizado, em 31 de dezembro de 2025 e 2024 é de R\$219.520 dividido em 159.673.309 (cento e cinquenta e nove milhões e seiscentos e setenta e três mil e trezentos e nove) ações, sem valor nominal.

Reservas de lucros:

Reserva legal:

Sobre a reserva legal o Estatuto Social determina que 5% do lucro líquido serão aplicados, antes de qualquer outra destinação na constituição da reserva legal, a qual não poderá exceder a 20% do capital social, nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76.

Reserva de retenção de lucros:

O Estatuto Social da Companhia prevê que o saldo remanescente, após as deduções legais, será distribuído como dividendo aos acionistas ou terá a destinação que lhe der a Assembleia Geral.

Conforme previsto no artigo 199 da Lei nº 6.404/76, o saldo das reservas de lucros, exceto as reservas para contingências, de incentivos fiscais e de lucros a realizar, não poderá ultrapassar o capital social. Atingindo esse limite, a Assembleia deliberará sobre a aplicação do excesso na integralização ou no aumento do capital social, ou na distribuição de dividendos. Ainda, conforme previsto no artigo 202, §§ 4º e 5º da Lei nº 6.404/76, os lucros que deixarem de ser distribuídos em razão de situação financeira da Companhia devem ser registrados como reserva especial e, se não absorvidos por prejuízos em exercícios subsequentes, deverão ser pagos como dividendos assim que o permitir a situação financeira da Companhia.

Durante o exercício de 2025 e 2024 a Companhia apresentou prejuízo.

São Luiz Energética S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

Dividendos:

O Estatuto Social determina que será destinado ao pagamento do dividendo mínimo obrigatório o valor correspondente a 25% do lucro líquido do exercício.

O Estatuto Social determina também que, atendida à destinação do dividendo mínimo obrigatório, o saldo disponível será distribuído, igualmente, como dividendo aos acionistas ou terá a destinação que lhe der a Assembleia Geral.

13. Receita operacional líquida

Reconhecimento da receita

A receita operacional da Companhia é mensurada pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita é reconhecida em bases mensais e quando existe evidência persuasiva de que houve: (i) a identificação dos direitos e obrigações do contrato com o cliente; (ii) a identificação da obrigação de desempenho presente no contrato; (iii) a determinação do preço para cada tipo de transação; (iv) a alocação do preço da transação às obrigações de desempenho estipuladas no contrato; e (v) o cumprimento das obrigações de desempenho do contrato. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização, conforme disposto no CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente.

Venda de energia elétrica

A receita de venda de energia elétrica é reconhecida no resultado de acordo com as regras do mercado de energia elétrica, as quais estabelecem a transferência de controle sobre a quantidade contratada de energia para o comprador. A apuração do volume de energia entregue para o comprador ocorre em bases mensais, conforme as bases contratadas. A receita de venda de energia elétrica inclui também as transações no mercado de curto prazo.

A receita proveniente da venda da geração de energia é registrada com base na energia gerada e com tarifas especificadas nos termos dos contratos de fornecimento ou no preço de mercado em vigor, conforme o caso.

O contrato da Companhia possui as seguintes características: (i) Quantidades de energia por MWh mensais determinadas, ou seja, a Companhia tem a obrigação de entregar a energia contratada prevista no contrato com as distribuidoras; (ii) Preços fixos da energia por MWh durante toda vigência do contrato; (iii) As obrigações de desempenho são atendidas mensalmente, uma vez que é dessa forma que os contratos são firmados e controlados; (iv) A Companhia não possui histórico de inadimplência, ou seja, o recebimento da contraprestação da obrigação de desempenho não é afetado em função do risco de crédito.

Receita não faturada

A Companhia registra as receitas ainda não faturadas, porém incorridas, cuja disponibilização de energia foi concluída, mas ainda não foi faturada até o final de cada período. A definição dos valores das receitas ainda não faturadas requer a uso de certas estimativas.

São Luiz Energética S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

	2025	2024
Receita operacional bruta		
Fornecimento de energia		
Venda de energia elétrica	48.872	42.650
Venda de energia elétrica - Partes relacionadas (Nota 17)	-	1.253
Resultado com CCEE	(818)	4.909
(Nota 16)	48.054	48.812
Deduções da receita operacional bruta		
Impostos sobre a venda		
PIS	(793)	(313)
COFINS	(3.652)	(1.446)
	(4.445)	(1.759)
Receita operacional líquida	43.609	47.053

14. Custos e despesas por natureza

Os custos do serviço de energia elétrica são reconhecidos e mensurados: (i) em conformidade com o regime de competência, apresentados líquidos dos respectivos créditos de impostos, quando aplicável; e (ii) com base na associação direta da receita.

	2025	2024
Custo do serviço de energia elétrica		
Compra de energia - Partes relacionadas (Nota 17)	-	(2.461)
Royalties ANEEL	(1.025)	(1.674)
Total custo do serviço de energia elétrica	(1.025)	(4.135)
Custo com operação		
Impostos, licenças e taxas	(22)	(6)
Viagens	(77)	(69)
Serviços de terceiros	(1.305)	(1.173)
Seguros	(650)	(591)
Pessoal	(40)	(17)
Depreciação do ativo imobilizado (Nota 7)	(23.419)	(23.797)
Amortização do ativo de direito de uso (Nota 8)	(207)	(158)
Manutenção	(238)	(281)
MRE/ CCEE	(5.093)	(234)
Telecomunicações	(108)	(227)
Aluguéis e utilidades	(10)	(12)
Promoção e publicidade	(12)	(16)
Outros custos	(163)	(166)
Total custo com operação	(31.344)	(26.747)
Total de custos	(32.369)	(30.882)
Despesas gerais		
Serviços de terceiros	(47)	(34)
Serviços de telecomunicações	-	(1)
Rateio de despesas	(2.615)	(2.622)
Total das despesas administrativas e gerais	(2.662)	(2.657)

São Luiz Energética S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

15. Resultado financeiro

A Companhia reconhece o resultado financeiro, incluindo receitas e despesas financeiras, com base no regime de competência, ou seja, à medida que são incorridas, independentemente do momento do recebimento ou desembolso de caixa.

As receitas financeiras abrangem basicamente as receitas de juros sobre aplicações financeiras, que são reconhecidas no resultado por meio do método de juros efetivos.

	2025	2024
Receitas financeiras		
Rendimento de aplicações financeiras	6.035	4.210
Outras receitas	-	15
Total	6.035	4.225

As despesas financeiras abrangem basicamente as despesas com juros sobre empréstimos, atualização monetária dos passivos de longo prazo, reconhecidas no resultado por meio do método de juros efetivos.

	2025	2024
Despesas financeiras		
Juros sobre empréstimos (Nota 10)	(17.263)	(18.094)
Amortização de despesa de contratação (Nota 10)	(6)	(6)
Juros sobre o arrendamento (Nota 8)	(46)	(31)
Multas e Juros	(69)	-
Imposto sobre operações financeiras	(281)	(1)
Despesas com juros e descontos concedidos	-	(2)
Outras despesas	(74)	(66)
	(17.739)	(18.200)

16. Imposto de renda e contribuição social corrente

A Companhia, em 2025, alterou o regime de apuração do imposto de renda e da contribuição social, passando a adotar o regime do lucro real, com aplicação das alíquotas de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável que exceder R\$240 ao ano para o imposto de renda, e de 9% para a contribuição social, incidentes sobre o lucro tributável. No exercício de 2024, a apuração foi realizada com base no regime de lucro presumido.

Caso a Companhia tivesse adotado a sistemática do lucro real no exercício de 2024, não haveria impacto de imposto de renda e contribuição social, em função do prejuízo fiscal apurado no período. Adicionalmente, não há expectativa de geração de lucros tributáveis no curto prazo que justifique o reconhecimento de ativos fiscais diferidos.

A Administração avaliou a existência de incertezas relacionadas ao tratamento dos tributos sobre o lucro, conforme previsto no ICPC 22, e concluiu que não foram identificados impactos relevantes na apuração do imposto.

São Luiz Energética S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

	2025	2024
Corrente		
Imposto de renda	-	(2.048)
Contribuição social	-	(922)
Total com despesas de impostos	-	(2.970)
Imposto de renda e contribuição social pela sistemática do lucro real	2025	
Prejuízo antes de imposto de renda e contribuição social	(2.274)	
	34%	
Resultado de imposto de renda e contribuição social às respectivas alíquotas (*)	773	
Adições e exclusões:		
Ativos fiscais diferido não reconhecidos sobre prejuízos fiscais	(773)	
Total despesa de imposto de renda e contribuição social	-	

Imposto de renda e contribuição social pela sistemática do lucro presumido.

	2024	
Impostos correntes	IRPJ	CSLL
Faturamento (fornecimento de energia)	48.812	48.812
(Nota 13)	48.812	48.812
% para base de cálculo		
Base de cálculo	8%	12%
	3.905	5.857
Receitas financeiras	4.210	4.210
Outras receitas	175	175
Base de cálculo total	8.290	10.242
% do imposto (*)	25%	9%
	(2.073)	(922)
Outros	25	-
Total	(2.048)	(922)

17. Transações com partes relacionadas

Em conformidade com os requisitos estabelecidos pelo CPC 05 (R1) – Divulgação sobre Partes Relacionadas, a Companhia considera como partes relacionadas todas as entidades pertencentes ao mesmo grupo econômico da Companhia. Essa definição abrange também transações, saldos e operações realizadas entre essas partes.

As transações com partes relacionadas foram, como regra geral, praticadas em condições e prazos semelhantes aos de mercado. Certas transações, por possuírem características e condições únicas e/ou específicas, portanto não comparáveis, foram estabelecidas em condições justas entre as partes, de forma a remunerar adequadamente seus respectivos investimentos e custos operacionais.

São Luiz Energética S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

Ativo	Notas	2025	2024
Contas a receber			
Serra dos Cavalinhos I Energética S.A.	(a)	316	316
Serra dos Cavalinhos II Energética S.A.	(a)	27	-
		343	316
Passivo			
Contas a pagar			
Elera Renováveis S.A.	(b)	-	2.674
Elera Comercializadora Ltda.	(b)	-	151
Serra dos Cavalinhos I Energética S.A.	(b)	134	237
		134	3.062
Receita			
Venda de energia			
Elera Renováveis S.A.	(c)	-	937
Serra dos Cavalinhos I Energética S.A.	(c)	-	316
	(Nota 13)	-	1.253
Custo			
Compra de energia			
Elera Renováveis S.A.	(d)	-	(171)
Elera Comercializadora Ltda.	(d)	-	(2.053)
Serra dos Cavalinhos I Energética S.A.	(d)	-	(237)
	(Nota 14)	-	(2.461)

(a) Contas a receber entre a Companhia e as empresas do grupo, venda de energia, serviços de administração, operação e manutenção e outros;

(b) Contas a pagar entre a Companhia e as empresas do grupo, serviços de administração, operação e manutenção e outros;

(c) Venda de energia elétrica para outras empresas do grupo.

(d) Compra de energia elétrica para outras empresas do grupo.

Em 2025 e 2024, tendo em vista os acordos firmados entre os diretores, ora eleitos e as companhias do grupo econômico do qual a Companhia faz parte, os diretores não receberam qualquer remuneração da Companhia para o presente exercício social.

18. Cobertura de seguros

A Companhia tem como política manter cobertura de seguros para os bens vinculados à autorização sujeitos a riscos, considerando a natureza da sua atividade, os prêmios de seguros são reconhecidos no resultado à medida que incorridos. O total da cobertura segurada em 31 de dezembro de 2025, para a Companhia é de R\$228.447 (R\$228.447 em 31 de dezembro de 2024) para os bens vinculados à autorização. Sendo previstas as coberturas seguradas por locais de risco onde estão instaladas as hidrelétricas.

A soma das indenizações pagas pela presente apólice não poderá exceder o limite máximo de indenização combinado, danos materiais e lucros cessantes, no valor total de R\$450.000 (R\$450.000 em 31 de dezembro de 2024).

As premissas de riscos adotadas para a contratação dos seguros, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações financeiras e, consequentemente, não foram auditadas pelos auditores independentes.

São Luiz Energética S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

19. Instrumentos financeiros e gerenciamento de risco

Análise dos instrumentos financeiros

A Companhia efetuou avaliação de seus ativos e passivos financeiros em relação aos valores de mercado, por meio de informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas. Entretanto, a interpretação dos dados de mercado e a seleção de métodos de avaliação requerem considerável julgamento e estimativas para se calcular o valor de realização mais adequado. Como consequência, as estimativas apresentadas não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado corrente. O uso de diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias pode ter um efeito relevante nos valores de realização estimados.

Classificação dos instrumentos financeiros por categoria

Os ativos financeiros da Companhia são classificados conforme demonstrado abaixo:

Ativos financeiros	2025			2024		
	Custo amortizado	A valor justo por meio de resultado	Total	Custo amortizado	A valor justo por meio de resultado	Total
Caixa e depósitos bancários	5.668	-	5.668	13.588	-	13.588
Aplicações financeiras	-	55.230	55.230	-	28.949	28.949
Caixa restrito e depósitos restituíveis	-	2.482	2.482	-	11.373	11.373
Contas a receber de clientes	5.639	-	5.639	5.931	-	5.931
Contas a receber – Partes relacionadas	343	-	343	316	-	316
Despesas antecipadas	390	-	390	242	-	242
Adiantamentos a fornecedores	17	-	17	-	-	-
Depósitos judiciais	95	-	95	88	-	88
Outras contas a receber	4	-	4	83	-	83
	12.156	57.712	69.868	20.248	40.322	60.570

Passivos financeiros	2025		2024	
	Custo Amortizado	Total	Custo Amortizado	Total
Contas a pagar e Fornecedores	4.110	4.110	3.691	3.691
Contas a pagar – Partes relacionadas	134	134	3.062	3.062
Passivo de arrendamento	339	339	510	510
Empréstimos e financiamentos	202.569	202.569	208.667	208.667
	207.152	207.152	215.930	215.930

Mensuração do valor justo

Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração. A mensuração do valor justo é baseada na presunção de que a transação para vender o ativo ou transferir o passivo ocorrerá.

São Luiz Energética S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

- No mercado principal para o ativo ou passivo;
- Na ausência de um mercado principal, no mercado mais vantajoso para o ativo ou o passivo. O mercado principal ou mais vantajoso deve ser acessível pela Companhia;

O valor justo de um ativo ou passivo é mensurado com base nas premissas que os participantes do mercado utilizariam ao definir o preço de um ativo ou passivo, presumindo que os participantes do mercado atuam em seu melhor interesse econômico.

Nível 1: a mensuração do valor justo é derivada de preços cotados (não corrigidos) nos mercados ativos, com base em ativos e passivos idênticos.

Nível 2: outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sejam observáveis, direta ou indiretamente.

Nível 3: a mensuração do valor justo é derivada de técnicas de avaliação que incluem um ativo ou passivo que não possuem mercado ativo.

Os instrumentos financeiros da Companhia mensurados a valor justo enquadram-se integralmente no Nível 1 da hierarquia de mensuração, uma vez que seus valores são determinados com base em preços cotados em mercados ativos, acessíveis ao público e observáveis de forma direta na data de mensuração.

Gestão de risco

As operações financeiras da Companhia são realizadas por intermédio da área financeira de acordo com a estratégia conservadora, visando à segurança, rentabilidade e liquidez previamente aprovada pela diretoria e acionistas.

A política da Companhia estabelece que devem ser adotados mecanismos de proteção contra riscos financeiros decorrentes da contratação de obrigações, seja em moeda estrangeira ou nacional, com o objetivo de administrar a exposição de riscos associados às variações cambiais ou a quaisquer índices sujeitos a maiores volatilidades.

Neste sentido, a contratação de instrumentos financeiros derivativos pode ocorrer após análise do risco pela Administração da Companhia, simultaneamente ao contrato que deu origem a tal exposição.

Os critérios de seleção das instituições financeiras obedecem a parâmetros que levam em consideração o *rating* disponibilizado apenas por renomadas agências de análise de risco, o patrimônio líquido e os níveis de concentração de operações e recursos. Os principais fatores de risco de mercado que poderiam afetar o negócio da Companhia são:

i) Risco de crédito

Os instrumentos financeiros que sujeitam a Companhia a riscos de crédito referem-se às disponibilidades e as contas a receber. Todas as operações da Companhia são realizadas com bancos de reconhecida liquidez, o que minimiza seus riscos.

São Luiz Energética S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

O risco de incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento dos valores faturados a seus clientes é minimizado uma vez que os recebimentos ocorrem no mês subsequente ao fato gerador.

ii) *Risco de liquidez*

Representa o risco de escassez e dificuldade da Companhia honrar suas dívidas. A Companhia procura alinhar o vencimento de suas obrigações com o período de geração de caixa para evitar o descasamento e gerar a necessidade de maior alavancagem.

iv) *Risco de concentração de carteira de clientes*

A Companhia possui contratos de venda de energia (PPA) com um número reduzido de clientes, caracterizando assim uma forma de concentração em sua carteira.

Em virtude desta concentração, pode surgir a possibilidade de perda em que se incorre quando da incapacidade de pagamento das faturas de venda de energia elétrica por parte de seus poucos clientes. Para reduzir esse tipo de risco, a Companhia efetua avaliações financeiras, possui garantias financeiras e executa o gerenciamento das contas a receber, detectando desta forma com maior antecedência a possibilidade de inadimplência.

v) *Risco de geração*

A receita proveniente da venda de energia elétrica pelas geradoras solares depende diretamente da energia efetivamente gerada. O ambiente de contratação na qual foi vendida a energia da geradora solar, mercado livre ou regulado, definirá como e quando o déficit ou o superávit de geração afetará a receita da Companhia.

No mercado livre, quando a produção da usina é inferior aos seus compromissos contratuais, a Companhia deverá adquirir a diferença de terceiros ou no mercado de curto-prazo. Quando a venda é efetivada no mercado regulado, o eventual déficit de geração deverá ser abatido da receita de contratos que a usina tem direito.

Para as usinas em construção, quando um contrato de fornecimento se inicia antes da data de início de operação comercial da usina, a Companhia deverá adquirir a diferença de terceiros ou no mercado de curto-prazo.

vi) *Risco de não renovação da autorização*

A Companhia detém autorização para exploração de geração de energia elétrica, com prazos de vigência previamente estabelecidos.

O atual arcabouço legislativo não dispõe sobre o direito à renovação de autorização para exploração dos serviços de geração de energia elétrica proveniente de fonte solar. A Lei Federal nº 13.360/2016, em seu § 1º - C, art. 26, apenas dispõe que os empreendimentos de fontes solares que tiverem suas outorgas de autorização prorrogadas não observarão o desconto sobre a tarifa de uso do sistema de transmissão (TUST) ou distribuição (TUSD).

São Luiz Energética S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

Desta forma, não há instrumento legal que garanta o direito de renovação das outorgas de autorização concedidas à Companhia pelo Poder Concedente.

Caso a renovação da autorização não seja deferida pelos órgãos reguladores, ou ocorra mediante a imposição de custos adicionais ou de redução de incentivos previamente concedidos para a Companhia, os atuais níveis de rentabilidade e atividade podem ser alterados.

Derivativos

Durante os exercícios de 2025 e de 2024, a Companhia não negociou com instrumentos financeiros derivativos.

20. Transação que não envolve caixa ou equivalentes de caixa

No decorrer do exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e 2024, foram realizadas operações não envolvendo caixa nas demonstrações do fluxo de caixa, do qual demonstramos as principais a seguir:

Ativo de direito de uso	2025	2024
Total de movimentação do ativo de direito de uso	183	(439)
Adição de contratos de arrendamento	24	597
Total das movimentações conforme demonstrações dos fluxos de caixa	207	158
Arrendamento	2025	2024
Total de movimentação do arrendamento	(171)	429
Adições de contratos de arrendamento	(24)	(597)
Total das movimentações conforme demonstrações dos fluxos de caixa	(195)	(168)
Imobilizado	2025	2024
Total de movimentação do imobilizado	-	32.207
Baixa do imobilizado (Nota 7)	-	(8.851)
Total das movimentações conforme demonstrações dos fluxos de caixa	-	23.356

* * *